



Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraklin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Buton - José da Silva Reis - Volcimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Marfion; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

As dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Anibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida Cesar, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Preis, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Hermas Brandão, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin e Rafael Greca de Macedo (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário votação nominal para o Substitutivo ao Projeto de Lei n° 161/92.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Doutor Rosinha, Emilia Belinati, Albino Corazza, Cezar Silvestri, Heinz Herwig, Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Lourenço Fregonese.

REQUERIMENTO N° 1117

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a

dispensa do interstício para a realização de sessões extraordinárias suficientes para a apreciação dos projetos de lei n°s 005, 117, 136, 152, 161, 166, 167, 173, 177, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195 e 069/92

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Matérias que serão discutidas e votadas nesta Sessão: 3ª Discussão do Projeto de Lei n° 136/92; 2ª Discussão dos Projetos de Lei n°s 152/92, 166/92, 167/92, 173/92, 187/92, 192/92; 3ª Discussão do Projeto de Lei n° 191/92; 2ª Discussão dos Projetos de Lei n°s 117/92, 177/92, 189/92, 161/92, 05/92, 69/92; 1ª Discussão dos Projetos de Lei n°s 195/92, 188/92, 193/92.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - V.Exa. está anunciando os demais projetos incluídos nesta pauta?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Foi anunciado o que vão votar nesta Sessão Extraordinária.

O SR. PAULO MAIA - Nesta Sessão isto que V.Exa. está enumerando, após os dez pautados. V.Exa. está pautando outros projetos além dos dez que estão em pauta para esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Esta Sessão é uma Sessão Extraordinária e todos esses projetos que eu acabo de ler vão ser votados.

Há um requerimento do Deputado Paulo Maia.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Os demais projetos citados não constam na Ordem da Sessão Extraordinária e como eu disse já outro dia, nossa memória não é de computador, para num simples número saber qual ...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa vai encaminhar a cada um dos Senhores Deputados a Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Enquanto isso, nós vamos votar requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, com o apoio dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Emilia Belinati, Albino Corazza e demais Srs. Deputados, constante do expediente, que solicita votação nominal para o substitutivo ao Projeto de Lei n° 161/92.

Vou submeter a votos.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro Verifica-

ção de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Vai se proceder à verificação de votação.
18 aprovaram.
24 rejeitaram.
Está rejeitado o requerimento.
Suspendo a Sessão por 5 minutos, a fim que os Srs. Deputados possam receber a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está reaberta a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 43 Srs. Deputados.

Requerimento de nº 1125, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 192/92, constante da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, solicitando preferência de discussão e votação acima aprovado:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/92, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Substitutivo Geral da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emendas de Plenário com PARECER da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 192/92

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei retornou a esta Comissão em virtude da emenda substitutiva do seu art. 6º, apresentada no Plenário.

A justificativa esclarece o seu objetivo maior, qual seja o de corrigir a inconstitucionalidade por ofensa ao art. 27, XII, da Constituição do Estado, que diz que os vencimentos não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo. Deve-se reconhecer que os cargos de Procurador Geral de Justiça e Secretário de Estado se equivalem hierarquicamente.

Portanto, ela é absolutamente perti-

nente na medida em que, sem fixar a referida paridade, o projeto no seu todo não deixa de ser inconstitucional.

Grife-se que a iniciativa de projeto, anotada no art. 114, § 2º, da Constituição do Estado, para o Ministério Público, não é refratária a emendas desta Assembleia Legislativa. A Constituição do Estado imunizou excepcionalmente as iniciativas exclusivas do Governador do Estado, no art. 68, I, e só para emendas que aumentem despesas. Para restringir o poder de legislar que a Constituição do Estado, assegura à Assembleia Legislativa é preciso dispositivo expresso. Caso contrário o direito de emendar é geral, amplo e irrestrito. Afinal, o Poder Legislativo não é mais, como nos tempos da ditadura, mero homologador de projetos vindos de outros setores.

O objetivo do legislador é, sem dúvida nenhuma, pertinente. Louve-se, por derradeiro, a sua oportunidade enquanto busca a justiça remuneratória no serviço público.

O parecer é pela aprovação da emenda.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Emenda nº 1...

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, qual é o item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Item 7.
Os Srs. Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Aprovada.

Emenda nº 2.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Aprovada.

O SR. DR. ROSINHA - Registre-se o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Emenda de nº 1 de Plenário.

Em votação a Emenda.

Aprovada.

Parágrafo Único.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda Modificativa permaneçam como estão.

Rejeitada.

"Suprima-se o artigo 5º..."

Acho que esta Emenda está prejudicada com a rejeição da Emenda nº 2.

Prejudicada a Emenda.

Emenda nº 4.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda nº 05.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda n° 06.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda n° 07.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

Emenda n° 08.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não estaria prejudicada essa emenda, Sr. Presidente, tendo em vista a aprovação da Emenda n° 2 da C.C.J.?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então vamos rejeitá-la.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda da C.C.J.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Aprovado o projeto e as emendas.

O projeto irá à 3ª Discussão.

Requerimento de n° 1126, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, solicitando a inversão da Ordem do Dia da 27ª Sessão Extraordinária.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Solicito Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove rejeitam.

Aprovada a inversão da Ordem do Dia.

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 193/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 50/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do De-

senvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 95, de 25.06.92, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 193/92

PARECER

Oriundo da Mensagem n° 50/92, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Analisando-se a matéria do ponto de vista constitucional, nada há que obste a tramitação do mesmo, por não ocorrer qualquer irregularidade.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua tramitação e conseqüente aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 188/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 46/92, que autoriza o Poder Executivo a criar fundo rotativo nas Escolas Estaduais e nas Delegacias de Polícia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 88, de 16.06.92, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 188/92

PARECER

O Poder Executivo apresenta Mensagem n° 46/92, objetivando a criação de Fundo Rotativo nas escolas estaduais e nas delegacias de polícia, para suprir necessidades permanentes de manutenção, pequenos reparos, compras de alguns equipamentos e material de consumo.

Procedida à análise da matéria sob o aspecto jurídico, verifica-se que foi respeitado o inciso IX do art. 135, da Constituição Estadual.

Concluimos, portanto, que o projeto de lei preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, estando em condições de ser levado à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 195/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 51/92, que altera o padrão das categorias funcionais de que tratam o Ane-

xo I da Lei n° 7424, de 17.12.80 e o Anexo III da Lei n° 9877, de 23.12.91, conforme específica. SEM PARECER da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. 95, de 25.06.92, Mens.)**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 069/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 13/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL às EMENDAS N°s 01, 03, 04, 05, 06 e 07; CONTRÁRIO às EMENDAS N°s 02, 08 e 09. COM EMENDAS DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 69/92 EMENDAS

P A R E C E R

O presente parecer versa sobre as emendas apostas ao Projeto de Lei n° 69/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Instituto Ambiental do Paraná e dá outras providências.

Analisado por esta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo geral anexado ao projeto.

Foram apresentadas em plenário quando da correta oportunidade, nove emendas, sendo as de números 1 e 2 ao projeto de lei, enquanto que as demais foram apostas como subemendas ao substitutivo geral desta Comissão.

EMENDA N° 01 - pretende acrescentar ao art. 8° do projeto as expressões "e dos órgãos extintos mencionados no art. 14 da presente lei". Não há a indicação correta sobre se tal inclusão deve se dar em forma de inciso, ou se fará parte do "caput" do artigo, e, assim sendo, consideramo-la prejudicada, em função de falha técnica legislativa, razão pela qual opinamos por sua **Rejeição**.

EMENDA N° 02 - pretende incluir no art. 10 do projeto, as expressões "o Fundo de Desenvolvimento Rural e o Fundo de Desapropriação e Colonização". Tal modificação já está prevista no art. 10 do substitutivo geral, ficando a emenda prejudicada, razão pela qual opinamos por sua **Rejeição**.

EMENDA N° 03 - acresce mais um artigo ao substitutivo geral, estabelecendo a competência do Tribunal de Contas para a realização de auditoria no ITCF e na SUREHMA, enviando a conclusão de tal atividade, num prazo de 90 dias, à apreciação

dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo. Entendemos que tal proposta se coaduna com a missão constitucional prevista, tanto para o Tribunal de Contas quanto para os dois Poderes, um para que tenha conhecimento da real situação dos órgãos extintos e, com relação ao Poder Legislativo, para que cumpra sua missão fiscalizatória a contento. Pelo exposto, opinamos pela sua **Aprovação**.

EMENDA N° 04 - busca modificar o art. 14 do Substitutivo Geral, modificando-lhe a redação do "caput" e do Parágrafo Único, na forma que especifica. Retira do "caput" as disposições relativas ao pessoal e patrimônio dos órgãos em extinção (ITCF e SUREHMA) e, incorporando-as ao parágrafo único, determina a absorção do pessoal e do patrimônio ao IAP, buscando garantir os direitos e deveres dos servidores. Em que pese tal garantia já constar da Constituição Federal (Art. 5°, inciso XXXVI), bem como da Lei de Introdução ao Código Civil, entendemos a preocupação do Parlamentar quando da apresentação desta emenda, e julgamo-la em condições de ser apreciada pelo Plenário, opinando por sua **Aprovação**.

EMENDAS N°s 05 e 09 - acrescem ao art. 6° do substitutivo geral o inciso XXVIII, em que é colocado como objetivo do IAP a coordenação, monitorização e fiscalização dos resíduos sólidos no Estado. Inexistindo óbices de natureza constitucional às pretensões, consideramo-las em condições de apreciação, opinando por sua **Aprovação**.

EMENDA N° 06 - objetiva incluir um inciso no art. 6° do substitutivo geral, referente ao monitoramento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Como a emenda restringe as atividades do Instituto já tratadas no inciso XII do art. 6°, relativamente ao ar e ao solo e, quanto ao restante, encontra-se a matéria tratada em idênticas condições, entendemos adequar-se melhor o texto do substitutivo geral, opinando pela **Rejeição** da presente emenda.

EMENDA N° 07 - objetiva substituir a redação do inciso XIII do art. 6° do substitutivo geral, acrescentando aos objetivos já normatizados, referentes ao gerenciamento dos recursos hídricos a atividade de formulação de planos e programas que objetivem o uso múltiplo e racional de tais recursos. Entendendo que a redação proposta aprimora a "mens legis", somos de parecer favorável, opinando pela sua **Aprovação**.

EMENDA N° 08 - objetiva alterar a redação do § 4° do art. 11, bem como confere nova redação aos incisos II e IV, do art.

15 do substitutivo geral. Com a primeira alteração pretende excluir a cumulatividade de exercício das funções de Secretário de Estado e de Diretor-Presidente do IAP, enquanto que com a segunda, promove as adequações que se fazem necessárias à implementação da primeira. Para aperfeiçoamento do que ali está disposto, somos de parecer **Favorável**, na forma da seguinte redação:

"Art. 11 - ...

§ 4º - O cargo de Diretor-Presidente será privativo de portador de diploma de nível superior.

§ 5º - As funções de Diretor Administrativo-Financeiro serão exercidas cumulativamente pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

....
Art. 15 - ...

I - ...

II - 03 (três) cargos de Diretor do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, símbolo DAS-3.

III - um cargo de Chefe da Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente, símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU.

Parágrafo Único - O cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-1, de Diretor-Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, fica transformado em cargo de igual provimento e simbologia de Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP".

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, conservem-se como estão.

Aprovado.

Emendas de Plenário.

Emenda da C.C.J. com Parecer.

A Mesa vai ler a Emenda Substitutiva, por não ter sido publicada. (Lê):

"Art. 11 - O Instituto Ambiental do Paraná..."

Comissão de Constituição e Justiça - Substitutivo Geral.

Há outra Emenda ao Substitutivo Geral, Projeto de Lei nº 69/92 (Lê):

"O patrimônio do IAPAS..."

Em votação o Substitutivo. A Emenda ao Substitutivo.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão.

O Substitutivo em votação.

Curitiba, terça, em 30.06.92

Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

Emenda da C.C.J. ainda (Lê):

"Dos órgãos extintos..."

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

Emenda nº 1 de Plenário (Lê):

"Dos órgãos extintos mencionados..."

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

Emenda nº 3. Deputada Emilia Belinati. (Lê):

"O Tribunal de Contas..."

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

Deputada Emilia Belinati. (Lê):

"Ficam extintas as Superintendências de Recursos Hídricos..."

Parágrafo Único - Patrimônio..."

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

Deputada Emilia Belinati. Emenda nº 5. (Lê):

"Coordenar, monitorar..."

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

Aprovada.

Alceu Swarowski. (Lê):

"Executar o monitoramento..."

Aprovada.

(Lê Emenda nº 7).

Aprovada.

(Lê Parecer Contrário da C.C.J.).

Rejeitada a Emenda.

(Lê Emenda nº 8, com Parecer Contrário).

Aprovada.

(Lê Emenda nº 9, com Parecer Contrário).

Os Senhores Deputados que aprovam a rejeição, conservem-se como estão.

Aprovada.

O Projeto irá à terceira discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/92, que isenta a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza, especialmente em relação ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. EMENDAS DE PLENÁRIO.

(Lê Emenda de Plenário, com Parecer Favorável da C.C.J.).

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós apresentamos um requerimento à Mesa, pedindo a anexação a este Projeto, do Projeto de Lei nº 194.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está anexada. Há alguma dúvida?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não, agora não há. É porque aqui não estava escrito.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de saber o que diz o Projeto nº 194.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - É uma Mensagem. (Lê Mensagem).
Em votação o Projeto de Lei nº 005/92.
Aprovado.

(Lê Emenda de Plenário, do Deputado Colombino Grassano).

Rejeitada.

(Lê Emenda nº 2, do Deputado Algaci Túlio).

Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no art. 15 da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Ovídio Constantino, sendo a do Senhor Deputado Ovídio Constantino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 161/92

Artigo Único - O Art. 1º do Projeto de Lei fica acrescido de Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - Ficam resguardados aos atuais servidores do Poder Judiciário, os direitos adquiridos até a publicação da presente Lei."

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Dalton Machuca, Ademar Traiano.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - Inclua-se onde couber:

"Parágrafo Único - Fica excluído do limitador salarial previsto no art. 1º, as

vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho (art. 39, § 1º, da Constituição Federal).

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Lygia Pupatto, Plauto Miró Guimarães, Heinz Herwig, 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o interesse eminentemente político do Órgão Especial, em estabelecer o limitador salarial do Poder Executivo na esfera do Poder Judiciário, necessário se faz a ressalva das vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho, conforme preceitua a Constituição Federal, como forma de manter a hierarquia funcional existente.

A Mesa vai designar Relator para a Emenda do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, pela leitura da própria Emenda, acredito que nós, Parlamentares, já tomamos conhecimento e não há impedimento de ordem legal que a impeça de ser discutida nesta Sessão.

É o parecer.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respeito o Parecer do Deputado Toti Colaço, mas é de se lamentar que, neste momento, a respectiva Emenda não observe aquilo que diz o próprio Substitutivo do referido Projeto, que assegura o preceito constitucional - Art. 37 da Constituição Federal, inciso XI - como da mesma forma o art. 27, inciso XI.

É de se lamentar, neste momento e nesta Casa, o desrespeito que se comete ao dar este Parecer. Obviamente foi o Parecer apenas do Relator, que registramos voto contrário e tenho certeza que há de prevalecer na Casa o que estabelece as respectivas Constituições, que são as Leis maiores e que asseguram tais direitos.

Nosso voto é contrário, assim como a Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação a Emenda do Deputado Geraldo Cartário.

Aprovada.

O SR. PAULO MAIA - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa defere.

23 aprovam; 17 rejeitam.

Aprovada a Emenda.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Vossa Excelência não colocou em votação o Parecer do Deputado Toti Colaço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se eu votei a Emenda, implicitamente faz parte da Emenda.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Mas implicitamente não foi votado o Parecer, e por isso registro o voto contrário da Bancada do PT ao Parecer e o voto contrário à Emenda também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser devidamente registrado.

Emenda nº 2, do Deputado Ovídio Constantino. (Lê):

"Fica excluído do limitador salarial, previsto no art. 1º, as vantagens de caráter individual..."

Deputado Doutor Rosinha é o Relator.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Por ter votado contrário à transformação dessa Plenária em Comissão, eu não aceito o cargo de Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, Vossa Excelência tem o direito.

Relator: Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Gostaria também de declinar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Renato Adur para relatar a Emenda.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, a Emenda foi apresentada regimentalmente e nós damos o PARECER FAVORÁVEL a ela.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Rejeitado.

Votação: Substitutivo da C.C.J.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até o presente momento, nós estamos vendo que pouco vale argüir o que estabelece as leis maiores no Plenário. Mas mesmo assim, queremos registrar a nossa posição a respeito daquilo que nesta Casa foi aprovado em 1989, por muitos destes que hoje votam contrário, porque estão sendo apenas mandados e se esquecem que foram votados pelo povo do Paraná e não pelo Governador Roberto Requião.

Por isso nós apresentamos Parecer a este Projeto, demonstrando a inconstitu-

cionalidade. E vou me ater apenas ao que estabelece o Projeto da C.C.J. aprovado, inclusive, por unanimidade.

O Projeto de Lei nº 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário a partir de 1º de junho de 92, tendo como limite a remuneração prevista no art. 15 da Lei nº 9.937 de 20.04.92, sujeita a atualizações posteriores. O art. 37, inciso XI da Constituição Federal - se é que é para valer a Lei, parece que não - a Lei fixará o limite máximo à relação de valores entre a maior e a menor remuneração de servidores públicos, observados pelo limite máximo no âmbito dos respectivos Poderes.

Se não me engano, esse Poder aqui ainda é Legislativo, aquele Poder que está a nossa direita é o Poder Judiciário e a Lei nº 9.937 é de competência exclusiva do Poder Executivo. Nós não podemos, em hipótese alguma, aceitar essa aberração, aceitar essa imposição, aceitar aquilo que é determinado pelo Governo do Estado.

Mais adiante diz pelo princípio constitucional, e seguido pela Constituição do Estado, a matéria recebeu tratamento correto, dispondo textualmente que a Lei fixará limite máximo e a relação dos valores entre a maior e a menor remuneração de servidores no âmbito dos respectivos Poderes.

Disse a Constituição Federal e está dizendo a Constituição Estadual.

Os valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título, de Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores e dos Municípios, os valores percebidos pela remuneração em espécie pelo Prefeito.

Diz o Parecer: encerra-se com clareza que as Constituições Federal e Estadual, do Estado do Paraná, buscar contemplar sem dúvidas, a separação entre os Poderes, de modo a alcançar também uma desvinculação financeira que contempla a utilização de limitadores e redutores.

Talvez esse seja até um "quebra-mola" do Governo... Tão somente no âmbito dos respectivos Poderes instituídos. Tal previsão é necessária para que se preserve cada um destes Poderes da interferência dos demais. Assim, o limitador do Executivo não poderá incidir sobre a condição salarial própria do Legislativo ou do Judiciário, e justamente isso é o que acarreta o Projeto nº 161, na sua originalidade.

Mais adiante, a instituição do regime jurídico único não é condicionada à utilização do redutor comum, por que inclusive, nem o regime jurídico único existe ainda nestes Poderes, não se implantou no Executivo, no Legislativo, nem se implantou no Judiciário.

A Justificativa do Projeto de Lei acusa ainda consideração da existência de sensível diferença conceitual entre funcionários e membros do Poder. Realmente é conceitual, existe mas não é aplicável ao caso, tendo em vista que ambas as Constituições dispõem expressamente, como já mostrado, a utilização dos limitadores na remuneração dos servidores públicos, no caso servidores públicos do Poder Judiciário, que também são funcionários, com base na remuneração dos Desembargadores, que são membros deste Poder Judiciário.

Portanto, a alusão à diferença conceitual entre membro e funcionário do Poder é dispensável na questão, já que inexiste qualquer indeterminação conceitual diante da clareza do texto expresso, que nomina a relação entre estes funcionários: servidores públicos e os membros do Poder, os Desembargadores.

Assim, a utilização de limitador, redutor salarial, instituída em um Poder sobre outro Poder, posta-se como efetiva ingerência, constitucionalmente vedada, em franca ilegalidade e inconstitucionalidade o Projeto nº 161.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Alegar também que a aprovação de tal iniciativa implicaria no percentual previsto para o Poder Judiciário, que hoje é em torno de 6%, nós não podemos aceitar tal justificativa, visto que o próprio Diário da Justiça de 13 de março de 92, mostra que a ação direta de inconstitucionalidade teve por votação unânime por suspender no § 1º, do art. 91, da mesma Constituição, as expressões: "sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a 6% da receita geral do Estado. Se há uma decisão neste sentido, se as Constituições Federal e Estadual, estabelecem uma Lei maior do que a Lei que implica no redutor do Poder Executivo, nós não podemos, em hipótese alguma, dar aprovação a esta iniciativa que, lamentavelmente, inclusive, veio do próprio Poder Judiciário.

Por isso, a douta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem aprovar o Parecer, respeitando aquilo que já dissemos e que estabelece o art. 37, inciso XI da Constituição Federal e o art. 27, inciso 11, da Constituição Estadual. Agora, fazer ao contrário, aprovando o texto original, desrespeitando as Leis maiores deste Estado, e mostrar que, lamentavelmente não prevalecem as Leis nesta Casa, prevalece a imposição do Executivo sobre alguns Deputados do Legislativo e também a imposição do Executivo sobre o Judiciário. E nós não podemos, em hipótese alguma, ser favoráveis a este tipo de intromissão de um Poder em outro Poder! Isto acontecendo - mais uma vez voltamos a frisar - perde-

-se a razão da existência de Judiciário e de Legislativo, porque as Leis maiores, neste momento, foram rejeitadas por uma Lei do Poder Executivo; perde-se a razão e mais uma vez prova-se que o desrespeito acontece na própria Casa onde as mesmas são criadas, porque obviamente elas, neste momento, não estão contemplando aquilo que pede o que exige o Governo do Estado, e nós não podemos nos curvar à exigência.

Volto a dizer: fui eleito com o voto do povo e a ele devo satisfação. Votarei nesta matéria, assim como tenho votado outras, conforme manda o que aqui estabelece as Constituições e não porque quer o Governador Roberto Requião. Ele tem o Poder Executivo, aonde ele deve ditar as suas normas, mas ditar ao Judiciário e posteriormente querer vir ditar ao Legislativo, jamais contará com o nosso voto, com o voto da Bancada do PDT nesta Casa, e tenho certeza, com o voto de muitos Deputados que vão obviamente aprovar o substitutivo, mantendo a coerência das suas eleições e da sua presença nesta Casa como Legisladores e não como alguém que está aqui apenas para referendar imposição do Governador por vontade de quem quer que seja.

Nós estamos aqui para respeitar as leis que são aprovadas, por isso a Bancada do PDT, eu tenho certeza que outros Deputados respeitarão o que diz o substitutivo e provarão através do Parecer da C.C.J. a inconstitucionalidade flagrante no Projeto original como foi apresentado à Casa.

Por isso, somos de parecer favorável a aprovação do substitutivo, porque há preservação das leis maiores desse Estado e não a falação de joelho com quem quer que seja dentro deste Poder.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para que a verdade se estabeleça.

Em primeiro lugar o substitutivo do Deputado Paulo Maia não foi aprovado pela unanimidade da C.C.J., se olharmos as assinaturas apostas constam apenas as oito assinaturas.

Em segundo lugar, o Deputado diz que o Projeto é de Sua Excelência, o Governador Roberto Requião. Não é verdade, o Projeto é do Tribunal de Justiça.

Em terceiro lugar, o Deputado leu apenas o inciso 11 do artigo 37, deveria ter lido também o 12, que diz: "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

Portanto, não é em todo verdade aquilo que pretendeu colocar o Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A palavra está com o Deputado Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, já no encaminhamento do Requerimento de inclusão novamente desse Projeto na Ordem do Dia, nos manifestamos contrariamente. Não é novidade para os Srs. Deputados e para esta Casa que a imagem dos Políticos hoje perante a opinião pública está extremamente desgastada.

Eu quero justificar a necessidade da aprovação desse substitutivo da seguinte forma: a Comissão de Constituição e Justiça existe justamente para isso, para analisar a constitucionalidade dos Projetos. Quando esse Projeto esteve na primeira votação na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator teve o seu Parecer derrotado pela grande maioria dos membros dessa Comissão - praticamente por unanimidade, confirma o Deputado Nelson Justus - teve o seu parecer derrotado ao Projeto inicial, a C.C.J. teve, o Sr. Presidente teve novamente a necessidade de designar um novo relator, o qual foi o Deputado Paulo Maia que fez o substitutivo, corrigindo a inconstitucionalidade do projeto.

O Substitutivo foi aprovado por grande maioria na Comissão de Constituição e Justiça nesta votação. E hoje ele vem ao plenário depois do tumulto ocorrido em função da retirada do projeto ontem por três sessões e o qual não deveria voltar neste período legislativo em sessão, volta novamente o projeto por aprovação de Plenário.

Agora vemos, da mesma forma, a informação da Associação dos Assessores Jurídicos que irão entrar na Justiça para arguir a inconstitucionalidade deste projeto. Temos certeza que a Justiça se posicionará favoravelmente à inconstitucionalidade, por que ele é inconstitucional.

Aprovando este projeto, neste momento, com este passado de brincadeira aqui neste plenário, e se na nossa avaliação a arguição de inconstitucionalidade será acatada, qual será a moral nossa, de Deputados, perante a opinião pública do Paraná, se isto vier a ocorrer? Porque entendemos que a Justiça deverá, naturalmente, acatar a arguição de inconstitucionalidade.

Portanto, para não incorrermos em mais um erro, em mais uma desmoralização do Poder Legislativo, de alguns membros do Poder Legislativo, não poderemos deixar de aprovar este Substitutivo que está corrigido constitucionalmente e que está em condições legais de ser votado por este plenário.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados, este processo todo, desde o início da tramitação deste projeto na C.C.J., vem hoje desembocar aqui na sua correção, na sua condição legal, para que este Plenário aprove o Substitutivo.

Por isso pedimos aos Srs. Deputados

que mantenhamos o parecer da C.C.J., aprovando o Substitutivo, rejeitando o projeto original, para não incorrermos em um erro gravíssimo neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Paulo Maia conservem-se como estão.
Rejeitada.

O SR. PAULO MAIA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.
(É feita a verificação de votação).

15 Srs. Deputados aprovam a emenda substitutiva. 23 rejeitam.
Rejeitada.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registro voto favorável ao Substitutivo do Doutor Rosinha, Lygia Pupatto, Ovídio Constantino, Plauto Miró, Paulo Maia, Emília Belinati, Nelson Justus, Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Albino Corazza, Lourenço Fregonese, Heinz Herwig, Luiz Carlos Martins, Antônio Annibelli e João Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de autoria do Tribunal de Justiça permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 47/92, que institui a Gratificação de Apoio Educacional aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus, em exercício de funções técnico-pedagógicas na Administração Central, nos Núcleos Regionais da Educação e nos Estabelecimentos de Ensino da Secretaria de Estado da Educação - SEED. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 45/92, que autoriza o Poder Executivo, ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano APADEH, parte de imóvel nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 28/92, aprova um crédito suplementar no valor de CR\$ 280.826.000,00 (Duzentos e oitenta milhões, oitocentos e vinte e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Instituto de Terras, Carto-

grafia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Apreciar neste Turno Emendas Aprovadas em 2ª. Discussão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 191/92

PARECER

O presente Projeto de Lei é de autoria do Tribunal de Justiça, e dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sobre a matéria já houve o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma de Substitutivo.

Chamada a opinar, esta Comissão, dá seu Parecer FAVORÁVEL na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

SR. PAULO MAIA - O autor da Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Orlando Pessuti.

Aprovada a Emenda.

Lê a Emenda nº 02.

Aprovada a Emenda.

O Projeto irá à votação para redação final.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/92, de autoria do Tribunal de Contas - Of. nº 1.007/92, que reajusta, nos meses de junho e julho de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários ativos e inativos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDAS de Plenário com PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 187/92

EMENDAS Nºs 1 e 2

PARECER

Oriundo do Tribunal de Contas do Esta-

do, o Projeto de Lei em pauta, vem tramitando normalmente por esta Casa, e volta a esta Comissão para exame das emendas em anexo, que examinadas, não ferem qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Está, portanto, em condições de ser submetido ao Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas.

Lê Emenda nº 01.

Aprovada.

A Emenda nº 02 foi retirada pelo autor.

O Projeto irá à 3ª Discussão.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 173/92

EMENDAS Nºs 1 e 2

PARECER

O presente parecer tem por finalidade analisar as Emendas nºs 1 e 2 apostas ao Projeto de Lei nº 173/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Legal e constitucionalmente a que é chamada esta Comissão de Constituição e Justiça, concluímos que não há qualquer óbice que impeça a normal tramitação das sobreditas emendas neste Poder, estando as mesmas aptas para serem apreciadas pelo duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Parecer e emenda em votação.

Aprovado.

O DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT, também do Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com voto contrário da Bancada do PT.

Em votação o Projeto e ressalvadas as Emendas. Lê emenda.

Aprovada a emenda.

Lê a Emenda nº 02.

Aprovada a emenda.

É emenda substitutiva.

O Projeto irá à 3ª Discussão.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/92, de autoria do Tribunal de Contas, Of. nº 924/92, que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 167/92
EMENDAS

PARECER:

As emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 167/92, objetivam suprimir o art. 3º, modificar o art. 2º, incluindo as expressões "por lei" e "a partir de 1º de agosto de 1992", e, através de emenda substitutiva de plenário, modificar o § 2º do art. 1º, estipulando expressamente o valor da verba de representação, enquanto estabelece um limitador salarial ao Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e suprime, também, o art. 3º.

Na estrita análise da constitucionalidade das citadas emendas, não encontramos óbices à sua apresentação, manifestando-nos pela sua apreciação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Vou submeter a votos pela procedência da iniciativa o substitutivo do Tribunal de Contas, aprovado o Tribunal de Contas o Substitutivo da C.C.J. estará prejudicado.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo do Tribunal de Contas, conservem-se como estão.

Aprovado. Prejudicada a outra emenda.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, por desconhecer o Substitutivo, registro voto contrário da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/92, de autoria do Tribunal de Contas, Of. nº 923/92, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 166/92
EMENDAS Nºs 1 e 2

PARECER

Em nossas mãos, para apreciação, as emendas nº 01 (autoria do líder do Governo e do PMDB, alterando o art. 2º), e nº 02, (autoria do Deputado Paulo Maia e outros, substitutivo a todo o projeto).

O projeto esteve nesta C.C.J., mereceu substitutivo e posteriormente recebeu substitutivo do próprio autor, Tribunal de Contas. Agora, cabe-nos relatar estas duas emendas.

Elas não ferem qualquer dispositivo legal, devendo ser acatadas e submetidas, em seu mérito, ao douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, no Projeto de Lei nº 167, tinha emenda de nossa autoria, corrigindo aquele dispositivo que os reajustes iriam ser feitos por lei também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É verdade. O professor aqui dormiu no ponto.

Fica suprimido o art. 3º do Projeto de Lei nº 167/92.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

Emenda nº 02.

Aprovada.

Projeto de Lei nº 166/92. Em votação o substitutivo do Tribunal de Contas.

Aprovado.

O DR. ROSINHA - Pela mesma razão do anterior, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda de Plenário.

O DR. ROSINHA - Também o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pessuti, a revisão do vencimento básico que trata o artigo anterior, será feita por lei.

Aprovada a emenda.

Deputado Paulo Maia, Emenda nº 2, vencimento básico do Conselheiro do Tribunal de Contas a partir do mês de junho é fixa-

do em Cr\$ 4.300.000,00. A verba de representação mensal dos Conselheiros continua a corresponder ao percentual dos 170%.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo, conservem-se como estão.
Rejeitada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A emenda do Deputado Paulo Maia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Paulo Maia: **Rejeitada.**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/92, que dispõe que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN, como receita própria da Autarquia. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 152/92

PARECER:

O Projeto de Lei em tela objetiva o recolhimento, na condição de receita própria da autarquia, das multas de trânsito recolhidas ao DETRAN/PR.

Sobre tal projeto foram apresentadas em Plenário três emendas. No nosso entendimento, cumpriram-se os requisitos regimentais para sua aposição, motivo que nos leva a opinar pelo seu envio para a apreciação pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Para esclarecer os Srs. Deputados e encaminhar a votação desta nossa Emenda a este Projeto, que é do Poder Executivo, e que direciona ou determina que as multas recolhidas na área do trânsito no nosso Estado, sejam recolhidas diretamente ao Departamento de Trânsito, ao DETRAN do Paraná.

A nossa emenda vem trazer, Srs. Deputados, um grande benefício aos municípios. O Deputado Albino Corazza que é coordenador do Bloco Municipalista nesta Casa, nós gostaríamos de contar e de ver os Deputados municipalistas aprovando esta Emenda.

A nossa Emenda propõe que 50% dos valores recebidos das infrações de trânsito sejam destinados diretamente aos municípios, 50% das receitas desta lei sejam destinadas aos municípios, 40% sejam des-

tinadas ao DETRAN e 10% sejam destinadas aos programas de assistência ao menor, desenvolvidos pela Fundação de Ação Social do Paraná.

Nós entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estes recursos que são oriundos das multas de trânsito que ocorrem lá nos municípios, parte deles deverão, para fazer justiça, permanecer ou retornar diretamente aos municípios, porque ele vindo totalmente ao DETRAN, o DETRAN vai ter esses recursos à sua disposição e para destinar ao seu entendimento, ao seu bel prazer, ou ao prazer dos seus Diretores, a este ou aquele município, quando as Prefeituras, os Prefeitos lá nos nossos municípios estão investindo dinheiro na sinalização das ruas, na colocação de semáforos, inclusive na sustentação das delegacias, dos próprios batalhões da Polícia Militar, onde os guardas de trânsito estão submetidos, e nós sabemos as dificuldades que têm hoje, por exemplo, os municípios nessa área e que muitas vezes têm que complementar serviços, pagar combustíveis, ceder combustíveis à própria Polícia Militar para poder realizar o seu trabalho. Os municípios tem uma grande despesa em função do trânsito lá no seu município.

Portanto, não é nada justo que os municípios façam lá o cuidado, mantenham toda essa situação e essas despesas por conta dos municípios e da Prefeitura e essas multas - que em alguns municípios são valores muito altos - venham diretamente aos cofres do Estado, sem o município ter um retorno direto.

Entendemos justo que esta Assembléia aprove esta emenda que contempla os municípios com parcela desta remuneração, destas receitas, das multas que serão destinadas ao DETRAN conforme esta lei prevê. Entendemos que nenhum Deputado deverá votar contra o seu município, tanto é que tem o Bloco Municipalista nesta Casa e que defende os interesses dos municípios. Grande parte dos Deputados participam e lutam no Bloco Municipalista em defesa dos municípios.

Esta nossa Emenda vem trazer benefícios aos municípios, aos municípios e a população em geral, lá na base, lá no interior do nosso Estado, como em todas as cidades do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam a Emenda permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs.

Deputados, tomem assento em seus lugares a fim de que se proceda a Verificação de Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

Vinte (20) Srs. Deputados aprovam a Emenda.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezessete (17) rejeitam a Emenda.

Está aprovada a Emenda.

Emenda n° 03.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, as duas outras emendas, no nosso entendimento, estão contempladas.

Na C.C.J. não foi possível, por falta de tempo, do Relator Toti Colaço, fazer um Substitutivo das três emendas, tanto é que as outras duas emendas estão contempladas nessa primeira aprovada.

Deputado Plauto, autor de uma e outra não temos aí o ...

O SR. PLAUTO MIRO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu retiro a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirada.

A Emenda n° 2, de autoria do Deputado Anibal Khury, não se conflita com a emenda aprovada recentemente. É a seguinte: (Lê a Emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

O Projeto irá a 3ª discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 020/92, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. COM EMENDAS DE PLENÁRIO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

O projeto irá à redação final.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu gostaria de justificar o voto da Bancada do PT.

Nós, Deputados do PT: Ovídio, Lygia e eu, votamos contrários, porque entendemos que a LDO é um cheque em branco para o Senhor Governador. Também a negociação no qual coloca uma despesa de 5,4 bilhões, esta Casa de Leis ou ao Orçamento do Estado, fazendo com que cada Deputado designe

100 milhões a entidades sociais, nós também não concordamos.

Entendemos que é para o atendimento de clientelismo político, comprando a consciência e o voto de alguns eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificado o voto.

Substitutivo Geral em votação.

Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o acúmulo de trabalho na tarde de hoje, está nos impossibilitando o atendimento aos companheiros da região que aqui estão.

Eu gostaria de registrar a presença do Prefeito de Tapira, José de Souza, do Vereador Delfino da Silva e do companheiro de Alto Piquiri, Dirceu Peres.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Sobre a mesa, requerimento n° 1127, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação. **Aprovado.**

Requerimento n° 1117, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando dispensa do interstício para a realização de sessões extraordinárias suficientes para a apreciação dos Projetos de Lei n°s 005, 117, 136, 152, 161, 166, 167, 173, 177, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195 e 069/92. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo mais às 18:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Lei n°s 136/92, 191/92.

3ª DISCUSSÃO: dos Projetos de Lei n°s 152/92, 166/92, 167/92, 173/92, 187/92, 192/92, 161/92, 005/92, 069/92.

2ª DISCUSSÃO: dos Projetos de Lei n°s 195/92, 188/92, 193/92.

Levanta-se a sessão.